



Universidad Nacional de
Mar del Plata

IV Colóquio Internacional sobre
Gestão Universitária na América do Sul

Florianópolis, 8, 9 e 10 de dezembro de 2004



Aspectos da Solidariedade e a Integração Sul-Americana

Vicente Volnei de Bona Sartor

Resumo

A declaração constitucional brasileira de cooperação entre os povos para o progresso da humanidade e a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina evoca a idéia de solidariedade, sugerindo a participação efetiva das instituições de ensino superior na formação de pessoas para a elaborar e implementar projetos e políticas públicas de integração sul-americana. Adotando uma metodologia argumentativa, este artigo trata das relações possíveis entre solidariedade, integração e gestão universitária, buscando alguns aportes conceituais à discussão do tema. A noção de solidariedade sugere um certo tipo de relacionamento entre cidadãos e países. A idéia de relacionamento num empreendimento social compartilhado sul-americano pode ser um exercício teórico-prático sobre as diferenças regionais, mas integradas à globalidade. Destaca-se, por isso mesmo, o papel das universidades na sociedade contemporânea, integrando países e promovendo intercâmbios acadêmicos para a construção de uma nova visão sobre a Universidade na América do Sul.

Introdução

A solidariedade se manifesta no âmbito da liberdade, e esta se manifesta na reciprocidade, submetendo as instituições de ensino e de educação universitária a políticas de integração de uns com os outros. A solidariedade evoca uma espécie de comprometimento ético do dever em sociedades e comunidades plurais e multiétnicas. Parte desse compromisso consta da Carta Magna brasileira, que prevê a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade e a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade de nações. Isto sugere a participação das instituições de ensino superior e o dever de contribuir de forma efetiva para a solidariedade entre as nações sul-americanas.

Nas sociedades ocidentais, em particular na Europa, solidariedade faz-se presente nas campanhas eleitorais e decora programas e projetos de empresas e governos. Os sindicatos apelam para a solidariedade das classes trabalhadoras e os representantes das igrejas conclamam à solidariedade, particularmente para com os pobres.¹ As referências à solidariedade também dominam as discussões sobre o futuro dos estados de bem-estar

¹ Para conhecer a doutrina social da Igreja Católica Romana, ver *Sollicitudo Rei Socialis* de João Paulo II, in Bilgrien (1990). No campo dos sindicatos e dos trabalhadores, consultar LEPAK (1988).



Universidad Nacional de
Mar del Plata

IV Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul

Florianópolis, 8, 9 e 10 de dezembro de 2004



social no mundo globalizado. No entanto, quanto mais popular o conceito, mais ambíguo é o seu significado, principalmente quando se trata de atender aos princípios de nossa Carta Magna.

Na maioria das vezes, solidariedade evoca um vago sentimento de pertencer a um grupo socialmente coeso, uma prontidão para ajudar em casos catastróficos e/ou associa-se, tênue e esporadicamente, com a responsabilidade social. São, no entanto, significados trivializados e prosaicos. Até mesmo nos debates filosóficos e sociológicos há inconsistências do termo, assumindo ora o significado de unidade dos povos, ora coesão social entre os seres humanos de cada nação ou comunidade, como também entre as pessoas de diferentes gerações.²

A ambigüidade conceitual, no entanto, não deixa de ser fascinante por envolver outros conceitos agregados como a equidade, a justiça, a reciprocidade e a contextualização socioambiental de cada povo e nação. É assim, indefinível no sentido que lhe falta suficiente consistência para articular um raciocínio lógico e razoável aplicável à promoção do processo de integração sul-americana tanto na gestão integrada do sistema de ensino superior quanto na criação de uma consciência de países irmanados por projetos de integração econômica, política, social e cultural.

Conceituar solidariedade desafia os paradigmas das ciências monodisciplinares, que não conseguem ser completamente respondidos sem que se articulem, pelo menos, e simultaneamente, diversas outras áreas conhecimento. Neste artigo, dar-se-á prioridade a uma abordagem político-educacional, na perspectiva de que a solidariedade encampa o conceito de cooperação social ao longo do tempo, exigindo das universidades procedimentos de integração étnica e cultural.³

A assunção política na análise da solidariedade traz à tona, de imediato, temas que estão desafiando a matriz vigente das organizações em geral, ora problematizando a formação acadêmica e os procedimentos político-administrativos, ora exigindo um novo posicionamento ético no que se refere à globalização econômica e à informatização tecnológica.

Sob diferentes perspectivas, há evidências de que os seres humanos comportam-se solidariamente uns com os outros. É, pois, uma questão perene que, em geral, a globalização econômica vem se mostrando insuficiente de tratá-la adequadamente. Para a maioria das pessoas, a solidariedade é uma emoção, um sentimento moral, uma virtude religiosa e/ou um dever natural. Para outras, um termo ambíguo de difícil objetivação analítica, principalmente para os formuladores de políticas públicas setoriais que, em geral, limitam-se a mencioná-la sem relacionar os contextos da vida humana associada da América Latina. Ao desvinculá-la de contextos macroeconômicos e sociais, desqualificam e desacreditam os demais conceitos agregados, tais quais: equidade, justiça, reciprocidade,

² CATTANI (2001).

³ Aproximações sobre o termo disciplina e seus derivados *inter*, *multi*, *pluri* e *trans* podem ser melhor apreciados em SARTOR (2003) e IRIBARRY (2003).



Universidad Nacional de
Mar del Plata

IV Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul

Florianópolis, 8, 9 e 10 de dezembro de 2004



ética, qualidade de serviços públicos e privados e o capital de relacionamentos cultural.

A objetivação analítica, ao privilegiar aspectos quantitativos e operacionais na formulação de políticas públicas, esvazia a qualificação dos acadêmicos sul-americanos na formulação e desenvolvimento de programas e projetos, principalmente os de integração regional, pois diferentes conceitos de solidariedade conduzem a resultados também diferentes na promoção e integração latino-americana. Às vezes, declarar constitucionalmente e estar consciente da necessidade de se viver solidariamente na América do Sul são insuficientes para a geração de solidariedade. Pode, ao invés, levar à *des-solidarização*⁴ e, por conseqüência, à não-cooperação. Da reflexão sobre solidariedade pode-se ampliar o poder da reflexão conceitual e identificar os *déficits de cooperação social*, pois a não-cooperação sugere subcidadania em cada nação e a desintegração regional no continente. Não bastassem estes argumentos, a solidariedade se faz necessária diante do fato de que as desigualdades socioeconômicas e o acesso aos bens sociais marcam profundamente a realidade sul-americana.

Assim, neste artigo pretende-se contribuir com a gestão universitária propondo a solidariedade como fator de integração da educação universitária na América do Sul, visto que a noção de solidariedade evoca a idéia de um certo tipo de conexão entre cidadãos e países.⁵ A idéia de relacionamento num empreendimento social compartilhado sul-americano caracteriza-se por ser um exercício teórico-prático sobre questões culturais e de gestão nas universidades, sugerindo possibilidades de extensão e aplicação no âmbito acadêmico-institucional, integrando países e promovendo intercâmbios socioculturais e repensando estratégias de desenvolvimento da pesquisa e do ensino entre universidades.

A solidariedade sociocomunitária e política entre nações

Há inúmeros fatores que implicam a idéia de solidariedade. Basicamente de origem familiar (BERNARDI, 1981, 1996 e 2000), estende-se a outros campos, tais como culturas locais e a diversidade étnico-lingüística de uma região. Temas esses que exigem a valorização e a consolidação da identidade do grupo e o conhecimento de seu próprio patrimônio cultural. Uma vez conhecido e identificado o patrimônio cultural das comunidades e dos grupos étnicos, há maiores possibilidades de confrontar-se razoavelmente com as demais culturas num ambiente de transformação cultural e educacional. Ou seja, as inter-relações enriquecem e valorizam a solidariedade.

O axioma de que sociedades não sobrevivem sem mecanismos institucionais de integração e ordenação social, solidariedade tem-se tornado um conceito funcional e

⁴ Termo empregado por Jaeggi in MEULEN, ARTS e MUFFELS (2001), significando queda da solidariedade.

⁵ O aspecto etimológico pode ser ampliado consultando BILGRIEN (1999).



Universidad Nacional de
Mar del Plata

IV Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul

Florianópolis, 8, 9 e 10 de dezembro de 2004



normativo, que freqüentemente migra para a noção de coesão social. Coesão social esta que necessita salvaguardar a identidade própria e a dos outros em ambientes relacionais e interdependentes cada vez mais intensos pela tecnologia da informação. A cultura, muitas vezes prevaricada e desvalorizada pela lógica econômica homogeneizante da globalização econômica, corre o risco de ser desconsiderada no âmbito das comunidades. Em se desconsiderando a cultura, cresce o risco da desagregação do homem na *polis* e as relações que unem as pessoas em famílias e em comunidades. Tal qual já anunciava Henri Bergson (Bergson, 1984), a totalidade da realidade é compreendida a partir da integração solidária das partes que a compõem e que nos dias atuais a realidade é global e regional ao mesmo tempo.

O viver valores coletivos efetiva-se por meio do entendimento da solidariedade como elo de ligação indispensável no processo de uma sociedade multicultural e multirracial. Num sistema de relacionamento interdependente, deve-se assegurar a qualquer identidade comunitária o livre exercício do próprio senso existencial. Neste contexto, se a sociedade contemporânea aceita a globalização econômica e tecnológica como dogma insuscetível e plasmador de arranjo social universal, mergulha-se no histórico erro da intolerância, da irrazoabilidade e da falta do bom senso, já identificado pelos humanistas latinos⁶ e por Locke (1978).

A defesa da identidade comunitária num ambiente de diversidade étnico-cultural afasta a intolerância e a prepotência de Estado e da ciência como únicos reguladores da vida humana associada, ou seja, de determinismo e/ou reducionismo sociológico.

O valor intrínseco da vida em comunidade e da cultura está em consonância com as grandes correntes do pensamento ocidental quanto ao propósito fundamental da vida: assegurar, pela via da comunidade, a felicidade do homem mediante a cooperação e a solidariedade. O que exige um grande respeito pela vida (humana, animal e vegetal) em si mesma.

Semelhante raciocínio é desenvolvido por Dworkin (1998) ao sugerir que o enfraquecimento das relações culturais e sociais e/ou sua destruição, constitui-se uma “vergonha cósmica” (DWORKIN, 1998, p. 102). Assim, a preocupação para com a sobrevivência das espécies animal ou vegetal e da arte reflete nosso respeito para com os bens intrinsecamente valiosos, quer se adote um ponto de vista do sagrado ou secular.

A afirmação consensual de que a espécie humana, em si, deve sobreviver e prosperar é uma premissa nunca posta em dúvida nas ações e nas atitudes humanas. As ações humanas que se manifestam pela cultura são intrinsecamente valiosas. A arte e a cultura, significativamente expressivas como as criações industriais e as tecnológicas, devem ter especial preocupação e respeito pela humanidade. Essas duas situações articuladas da arte e da cultura em comunidades dão conta e atendem ao pressuposto tácito da sobrevivência e da prosperidade em sociedades democrático-constitucionais.

⁶ Cfe CASSIRER, KRISTELLER e RANDALL (1956).



Universidad Nacional de
Mar del Plata

IV Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul

Florianópolis, 8, 9 e 10 de dezembro de 2004



O respeito às instituições evoca a compreensão clássica de que a geração atual tem obrigações pelos termos de um pacto intergeracional. Se a geração presente revoga o contrato intergeracional com atos injustos, a estrutura básica da sociedade inevitavelmente declinará. Assim, viver em condições justas é intrinsecamente bom, pois as sociedades e seus nichos comunitários alimentam-se de suas tradições políticas e culturais, de seu capital humano e do conhecimento, bem como de sua capacidade de organização política econômica. Não vivem, portanto, só de riqueza e de mercado, mas de solidariedade e de reciprocidade.

A idéia de ajudar um ao outro na solução de problemas ou de um membro colocar-se no lugar do outro, permanece válida como referência e conteúdo básico da noção de solidariedade na teoria social do século XXI, cujo fundamento é o de integrar as pessoas em torno do bem comum e manter o elo social. Nesse sentido, solidariedade significa comprometimento e engajamento político-cultural, prevenindo rupturas da e na sociedade. Os temas que traduzem o comprometimento e o engajamento social, referem-se, basicamente, à preservação: a) da espécie humana, envolvendo a compaixão e a ternura, b) do social e da política, entendendo o convívio democrático em ambientes político-culturais diferentes, c) da cultura global, compreendendo a pluralidade cultural e interétnica, e d) da vida ecológica e cosmológica, participando da sustentabilidade e do cuidado para com as futuras gerações. Representa, isto sim, uma contra-tendência ao mundo globalizado econômico e financeiro sem fronteiras e sem, geralmente, ética no que diz respeito às relações das comunidades culturais e interétnicas. Esses níveis de solidariedade, no entanto, não evocam princípios igualitários na distribuição de bens e riquezas. O agir de forma solidária integra a idéia de interdependência nas relações econômicas, culturais, políticas e religiosas (BILGRIEN, 1999).

É de se questionar, então, que tipo de relacionamento a solidariedade exige para um membro colocar-se no lugar do outro em ambientes de vida humana interétnica de pessoas distantes e, em geral, fora do âmbito da amizade e do interesse próprio. Essa amplitude da solidariedade para com pessoas fora do âmbito familiar e local, significa tomar uma posição com respeito a um ideal ou a alguma coisa, transcendendo à estreita concepção dos interesses individuais e sugerindo uma afinidade entre solidariedade e legitimidade.⁷

Evocar a idéia da solidariedade de um para com o outro, especificamente no âmbito da formação de pessoas nas universidades sul-americanas, advém de um consenso filosófico de que na vida humana associada contemporânea há muitos riscos (GIDDENS, BECK e SCOTH, 1993) e particularidades tecnológicas e sócio-culturais (CASTELLS e BERNARDI, 2000) não são suficientemente explicadas, isoladamente, nas teorias vigentes. Distante, pois, de um raciocínio analítico, solidariedade diz respeito a conceito e à compreensão.

⁷ Legitimidade, para diferenciar de lealdade.



Universidad Nacional de
Mar del Plata

IV Colóquio Internacional sobre
Gestão Universitária na América do Sul

Florianópolis, 8, 9 e 10 de dezembro de 2004



Aspectos da cooperação no âmbito do ensino superior na América Latina

Caracterizar solidariedade sob a perspectiva da simetria de obrigações e deveres gera alguns problemas de ordem epistemológica dado que os indicadores de reciprocidade e cooperação não são óbvios. Dentre os traços distintivos da solidariedade com os outros tipos de relações sociais, a solidariedade não visa ser uma simples relação de troca. A razão em se manter a solidariedade é a crença de que o sucesso e o bem-estar de outros garantem o florescimento de projetos com os quais membros e grupos se identificam.

Se o destino do outro afeta cada membro de forma significativa, esse desafio sugere preparação e formação de pessoas na formulação de políticas públicas e, sobretudo, de arranjos institucionais de sistemas de ensino superior na América Latina. Isso implica, necessariamente, ampliar a compreensão de solidariedade na educação da simples prestação de serviços instrumentais a idéias de integração e cooperação social. Para tanto, a solidariedade, contrastivamente, difere do conceito de cooperação instrumental encontrado na maioria dos casos praticados no âmbito da integração. No caso da cooperação instrumental, cooperar com os outros é um puro meio para se obter vantagens individuais, a saber: cada indivíduo e instituição têm certos interesses que são mais facilmente conseguidos ao se agir junto com outros. Nesse caso, a motivação para cooperar advém do auto-interesse e da racionalidade, não sendo um valor em si mesma, pois uma vez atendidos os interesses individuais, a motivação desaparece.

A cooperação não-instrumental, por sua vez, baseia-se na consecução de metas e de interesses comuns. Isso equivale dizer que os interesses individuais não podem ser separados das metas dos outros. Nesse sentido a cooperação é não-instrumental, pois a pessoa não usa a outra meramente para atingir seus objetos individuais. Atribuindo-se um valor intrínseco ao processo de cooperação, os objetivos comuns tornam-se ainda mais fortes. E nisso, necessariamente, está a inclusão do outro, pois esse é a pré-condição da liberdade de cada um numa sociedade de cooperação. Uma atitude de solidariedade deste porte diz respeito à própria preservação da vida comum em sociedade, respeitando as diferenças. Trata-se, pois, de um conceito ético. Envolve, então, arte e política para as quais é inaceitável solidarizar-se na miséria.⁸

Se a solidariedade é uma expressão de forma comum de vida, somente quem nela participa recebe e tem amparo e proteção. Daí dizer-se que solidariedade também se manifesta pela maneira como as políticas públicas são elaboradas: se a serviço instrumental do Estado ou se a serviço de um investimento social. Na primeira maneira, os cidadãos tornam-se meros objetos de manobra; na segunda, implica uma relação entre governo, comunidade e cidadãos de forma a ampliar a solidariedade reflexiva, ou seja, a integração e a cooperação social.

⁸ Sobre desigualdades sociais na América Latina, consultar KLIKSBURG (1999).



Universidad Nacional de
Mar del Plata

IV Colóquio Internacional sobre
Gestão Universitária na América do Sul

Florianópolis, 8, 9 e 10 de dezembro de 2004



A problemática da solidariedade no entendimento de metas comuns nos países sul-americanos

Um traço característico da solidariedade, transliterando Kant, diz respeito à recomendação de se agir sempre de tal maneira que a máxima da ação possa ser erigida em regra universal e de maneira a tratar a humanidade em cada um dos sujeitos e nos outros, sempre, e ao mesmo tempo, como um fim e jamais como um simples meio. No entanto, nos acordos bilaterais, a ética instrumental não se contrapõe, necessariamente, à ética deontológica. Sob circunstâncias históricas, as duas éticas tendem a elevar os conceitos de solidariedade, justiça e equidade a um patamar adequado à vida humana associada. Dimensões essas que não podem ser esquecidas na reflexão de acordos de integração, principalmente quando a sociedade contemporânea, na concepção de CASTELLS (1999), se vê ligada em rede e interdependente de umas com as outras. Nesse sentido, a ética deontológica em Kant se mostra universal. E universal também a solidariedade, pois se homem perder a fé nos valores da vida humana associada, a civilização retrocede. A vida é uma luta de forças opostas tentando combinar-se umas com outras, numa unidade mais elevada. E a atitude solidária mais elevada é a de amar ao próximo como se fosse a si mesmo (THOMAS e THOMAS, 1944). Nessa perspectiva, a solidariedade abriga uma base ética e social porque partilha uma forma comum de vida em qualquer tempo, espaço e contexto. Daí advém a idéia de estar-se associado e as formas de cooperação possíveis de ocorrer no mundo da vida.⁹

Realizar metas comuns específicas e cooperação, no entanto, continua sendo um desafio na América Latina.¹⁰ A especificidade não elimina a cadeia de eventos a que uma meta comum se submete. As interdependências num mundo globalizado indicam a existência de uma rede de relações. Isso implica pensar a solidariedade sob a ótica cosmopolita e, ao mesmo tempo respeitar as culturas e as peculiaridades locais, ampliando as bases de relações cooperativas. Nesse sentido, advém, propriamente, a idéia das relações cosmopolitas da vida humana.

As relações sociais, numa forma ampliada, ou seja, conectadas com outras pessoas, supõe um certo nível de inter-relacionamento. Se compreendermos que uma pessoa é um ser associado, a pessoa age em solidariedade com os demais, o que sugere que sua ação será sempre no sentido de manter os elos e as interdependências sociais dos indivíduos e das nações.

A cooperação social possibilita que todos tenham uma vida melhor da que teria

⁹ Sobre o entendimento de atitude ou virtude, consultar *Sollicitudo rei socialis* do Papa João Paulo II nas obras de STEBBINS (2001) e BILGRIEN (1999).

¹⁰ Numa perspectiva operacional, formar rede exige: 1) reconhecer que o outro existe (aceitação); 2) conhecer o que o outro faz (interesse); 3) colaborar, quando necessário (colaboração); 3) cooperar nos acordos operativos (solidariedade) e compartilhar objetivos e recursos comuns (visão comum).



Universidad Nacional de
Mar del Plata

IV Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul

Florianópolis, 8, 9 e 10 de dezembro de 2004



qualquer um dos membros se cada um dependesse de seus próprios esforços. Justiça enquanto a uma virtude de certas práticas no âmbito político público, refere-se à definição de direitos e deveres básicos de todos os cidadãos envolvidos na cooperação social. A prática da virtude sob essa ótica gera a estabilidade política, mas depende de cidadãos que compartilhem a amizade, a confiança e o companheirismo. Ou seja, *virtude* é um sentimento a ser ativamente cultivado e, nesse sentido, as instituições de ensino superior na América Latina desempenham um papel fundamental no desenvolvimento de virtudes e da cooperação. As instituições, funcionando de maneira efetiva e bem-sucedida por um período de tempo considerável, tendem a encorajar virtudes cooperativas indispensáveis da vida política, tais como a razoabilidade, o senso de justiça, o espírito de conciliação e a disposição de fazer concessões mútuas.

A proposta da idéia de solidariedade no processo de integração consiste em atenuar a contradição entre dois imperativos básicos do progresso prático: a cooperação e a inovação. No mercado, qualquer atividade produtiva é cooperativa. O próprio mercado representa uma forma simplificada de cooperação entre estranhos, o que exige generalização de confiança. Mas para cooperar necessita-se, constantemente, inovar, ou seja, difundir na população, tão amplamente quanto possível, o acesso às oportunidades educacionais e econômicas para poder aproveitar a potencialidade de todos os membros da sociedade. Assim, a condição mais importante para que se dê essa fusão advém de uma educação empreendedora da promoção das oportunidades e dos talentos por meio da integração das diversas nações sul-americanas.

Motivação para a solidariedade e a cooperação

A questão mais significativa da aplicação da solidariedade dos projetos interinstitucionais consiste em transformar idéias em metas comuns. Nisso vai o fato de o indivíduo estar, conscientemente associado, o que implica no seu empoderamento na vida social comum e solidária. Diferentemente do “estar junto” de maneira passiva, empoderamento pode ser descrito como agir junto, em vez de reagir. Vê-se, nessa posição de agir junto, a perspectiva do outro e do outro como si próprio. Solidariedade, assim entendida, amplia e consolida um poder-fazer com autenticidade nas relações e, por conseguinte, da cooperação. O inverso da solidariedade no sentido de poder-fazer é a indiferenciação dos sujeitos no processo de metas comuns, ou seja, de os indivíduos deixarem de apoiar uns aos outros para atingir metas comuns de vida humana associada.

A indiferenciação social e profissional sul-americana sugere a des-solidarização. E esta é um tipo de indiferença que leva à impotência para tomar iniciativa e de empreender, pois os programas e os desenhos político-pedagógicos institucionais não cultivam, suficientemente, os laços de conexão solidários. Ou seja, a consciência de estar associado num destino comum. Mesmo que o indivíduo reconheça seu destino comum numa



Universidad Nacional de
Mar del Plata

IV Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul

Florianópolis, 8, 9 e 10 de dezembro de 2004



sociedade e de que muito provavelmente as instituições de ensino não cultivem os laços solidários não-instrumental, existem dificuldades práticas locais e internacionais.

Parte significativa da perda de solidariedade social surge da inabilidade das pessoas e dos programas de ensino na formação de pessoas em fazer essas duas conexões: o de estar cômico da vida humana associada e do destino comum. Ou seja, deixar de ser atomizado e indiferente. Na maioria das vezes, a inabilidade é difusa pela falta de transparência pública e pela própria fragmentação do conhecer e do agir humanos, sem o devido compartilhamento e controle sociopolítico. A desintegração e a incapacidade de os indivíduos se identificarem com vida comum que, no obstante, é a pré-condição de suas próprias existências, geram *des-solidariedade*.

A presença de solidariedade depende da arquitetura das relações de cooperação dentro de uma sociedade e das possibilidades individuais em ser parte ativa na comunidade para que as instituições tenham, elas mesmas, perspectivas solidárias. Solidariedade depende das motivações dos indivíduos em compreendê-la como um projeto que eles próprios moldam. Ou seja, a cura da *des-solidarização* se encontra na comunidade de pertencimento.

A solidariedade não estabelece obrigações, mas se encerra no dever humanitário da preservação da própria espécie, visto que as diferenças – riqueza, herança e bens – não dispensam a compreensão em forma de atos de preservação e de manutenção da vida para com todos os seres da mesma espécie.¹¹ O bem humano, na tradição sociopolítica ocidental remonta a Aristóteles em a *Ética a Nicômacos*, pois, embora valha bem a pena atingir para um indivíduo só, é mais belo e mais divino alcançá-lo para uma nação ou para as cidades-Estados (EN, 1094b, 10).¹²

Os solidários entendem que em não havendo realização existencial, no âmbito da humanidade, há necessariamente uma frustração social e pessoal, traduzida na falta de atendimentos e cuidados para o outro menos provido de bens e cultura, bem como de regulação societária quanto ao acesso de bens fundamentais, como: emprego, lazer, relacionamentos culturais.

Solidarizar-se é uma forma sutil – quando vista do homem racional, livre, igual e razoável – de elevar-se do microcosmo para o macrocosmo universal. Se o homem permanecer micro sem o macro seria insuportável monotonia e estagnação. Assim, a solidariedade sugere um dever intuitivo humanístico. O ser humano intui que não há humanidade sem a solidariedade. Difere, pois de Marx, e dos fenomenólogos, em geral, pois para esses a vida conduz ao nihilismo e ao radicalismo pós-moderno.¹³

¹¹ Embora a solidariedade e a reciprocidade possam ser aplicadas aos seres vivos “não-iguais” à espécie humana, este trabalho trata de aspectos relacionados com os seres humanos, especificamente. Os termos “iguais” e “não-iguais” na definição da igualdade e da felicidade foram adotados a partir de SINGER (1993) e FELIPE (1996).

¹² Especificamente quanto ao bem humano, consultar BERTI (1983).

¹³ Uma crítica feita ao pós-modernismo, tão-somente nessa linha de raciocínio, é a de que, rotineiramente, essa corrente nega idéias ou noções fixas, significados permanentes ou que exista correspondência direta entre



Universidad Nacional de
Mar del Plata

IV Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul

Florianópolis, 8, 9 e 10 de dezembro de 2004



Os efeitos da solidariedade comparam-se a um lago. Todos têm potencialidade. Se colocada no mesmo nível das outras ações pessoais, não move e não gera energia. Na medida em que se coloca a serviço muito além das pessoais, mas conservando essas, verticaliza a existência humana de tal sorte a mover uma turbina de realizações intercomunitárias.

Nesta linha de raciocínio, solidariedade é uma espécie de amor a si mesmo, visto que amor-próprio é idêntico à própria existência. Ninguém pode existir sem amor a si mesmo. Sob a ótica desta argumentação, praticar solidariedade é ver o outro como uma manifestação divina, e eticamente, de si próprio para com o semelhante. Ou seja, ele se solidariza com seu próximo como a si mesmo. A solidariedade requer um pouco da mística para ser compreendida à luz das humanidades. Nesse sentido, ela é plenamente plausível pois nenhum ser pode deixar-se de amar a si mesmo. Primeiro, ele declara sua existência como medida para o amor ao outro. Segundo, ele ama o outro como medida de si mesmo. Amar a si mesmo excluindo o alheio é egoísmo. Amar a si próprio, incluindo o alheio, é solidariedade.

A solidariedade, dessa forma, consiste em promover harmonização e equilíbrio entre diversos fatores componentes da natureza humana: o acúmulo de bens (riqueza) e o amor ao próximo. Portanto, não extingue os bens acumulados das pessoas, das comunidades e das sociedades conquistados ao longo de sua história. Tampouco consiste em “espiritualizar” (dar um sentido religioso-dogmático às políticas públicas) ou descompromissá-las de seu dever e obrigação constitucional. Procura, isso sim, harmonizar os componentes disponíveis, entre outros, da natureza intelectual, da erudição e da ciência. Desse encontro, surge uma nova visão de mundo.

Se pela ciência o homem descobre os fatos da natureza, pela consciência o homem capta os valores do universo hominal. Ser amigo da verdade, da justiça, do amor, da honestidade e da fraternidade é criar valores pela consciência. Isso torna o homem bom. Esse ser bom humanista quer dizer: estabelecer e manter harmonia entre ciência – uma oportunidade específica para conhecer o universo e a vida – e a consciência no universo e nas relações de solidariedade. Portanto, solidariedade recombina ciência e consciência.

A solidariedade não se constitui um fator ou uma necessidade científica ou sociológica, mas uma maneira de dar conta da necessária conciliação entre ser e fazer (existir). Todo existir traz em si o germe do agir, e, quando o existir é consciente, também o agir é consciente. Em outras palavras: a ciência é consciência.

A solidariedade não onera culpas ou penas ou desvios de conduta de pessoas ou empresas. Não se trata de um ato de correção de desvios de conduta. O agir humano é

a linguagem e o mundo material. Uma versão *pós-moderna* é o pós-estruturalismo, que geralmente nega a objetividade, a realidade e até mesmo a verdade (Kekewich, 2000). Acreditam, em geral, que verdade alguma é relevante e que cada pessoa tem uma só sua e diferente dos demais. A esses, geralmente denomina-se de *relativista*.



Universidad Nacional de
Mar del Plata

IV Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul

Florianópolis, 8, 9 e 10 de dezembro de 2004



intrinsecamente trágico. Por isso, a solidariedade é um agir de um certo modo e de um outro modo. É uma opção deliberada.

Solidariedade não se confunde com escapismo nem com conformismo. Consiste num agir aqui e agora, servindo-se dos objetos quantitativos (riqueza, prazeres e bens sociais) para aperfeiçoar qualitativamente pessoas em situação de desvantagem e o próprio cidadão solidário, granjeando amigos, saúde e dignidade com as riquezas dos princípios da diferença e da eficiência, inerentes ao fundamento da liberdade criadora e libertadora.

Solidariedade não se confunde com voluntariado e responsabilidade social enquanto práticas sociais de cidadania. Se é verdade que não se pode construir uma sociedade e/ou dar continuidade mais justa sem contemplar a solidariedade, esta não envolve necessariamente aquela. Nessa perspectiva, seguindo Aristóteles, a Ciência Política, que se refere à investigação do que seja o “bem humano”, tanto do indivíduo quanto da comunidade na polis ou nas cidades-estados, necessariamente tem na solidariedade um atributo e um indicador da vida humana associada.

A razão básica dessa proposição é a de que o multiculturalismo ou os aspectos da interetnicidade não substitui o universalismo do humanismo.¹⁴¹⁵ O multiculturalismo, sob a ótica dos valores tradicionais, é uma forma de universalismo.¹⁶ Ele depende de um apelo no sentido de que qualquer um tem igual direito de participar numa cultura escolhida por ele ou por ela. Os possíveis ataques dos multiculturalistas ao universalismo referem-se à hegemonia cultural, e fazem isso reivindicando normas universais de igualdade e justiça.

O multiculturalismo que se opõe ao universalismo, corretamente compreendido, mina suas próprias bases, ou seja, o da inclusão e o da gestão dos grupos multiétnicos na comunidade. Não se alcança inclusão inserindo o diferente, simplesmente, sem a abordagem cultural. Ou seja, a inclusão dá-se quando há reciprocidade, entendida por obrigações comuns. Uma diferente perspectiva é a de que cada grupo tem sua própria essência cultural. Assim, fornecer igual reconhecimento por estes diferentes cadinhos de essências culturais, mas apresentando uns para os outros para reconhecimento e respeito, e não para avaliação e potencial adoção. Cada uma de nossas culturas foi formada substantivamente de coisas inventadas por outros. O importante é o reconhecimento do que é comum, atenuando a idéia do tribalismo.

Ser solidário, nesse sentido, significa humanizar os desapontamentos de ações humanas e se encantar com as pessoas que encontra pelo caminho, de tal que o preço dessa vitalidade é a renúncia às algumas ilusões com que nos protegemos contra a desilusão e a derrota.

¹⁴ GOICOECHEA, LUIK & MADIGAN (1991); CASSIRER, KRISTELLER & RANDALL (1956); HANEY II & MALEKIN (2001); KEKEWICH (2000); PULEDDA (1996).

¹⁶ Sobre multiculturalismo, consultar TAPP (2000).



Universidad Nacional de
Mar del Plata

IV Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul

Florianópolis, 8, 9 e 10 de dezembro de 2004



Reflexão

A solidariedade vê os seres humanos sob a ótica cultural, visto que a natureza do ser não difere em decorrência do clima, do ambiente e da localização geográfica. A cultura, em todo o Planeta Terra, fundamentalmente sugere a mesma finalidade: ser compassivo e generoso. Sem essa visão humanista, qualquer civilização se desintegrará, pois sem liberdade e amor, o bem-estar, exclusivamente considerado, tem pouca significação para a vida.

Embora este trabalho tenha focalizado as dificuldades conceituais que envolvam solidariedade, parece apropriado concluir examinando os modos para se alcançá-la no âmbito da integração sul-americana. Um aspecto crítico do conceito diz respeito a nossa dificuldade de reconhecer a existência humana como inerentemente intergeracional. Nossa civilização constrói-se sobre as realizações e os fracassos de gerações passadas e nossas ações por sua vez afetam as vidas de nossos descendentes. A menos que compreendamos, nós próprios, como sendo uma parte de uma comunidade intergeracional que se estende do passado para o futuro, nós pouco provavelmente devotaremos atenção suficiente a políticas de integração dos povos sul-americanos no campo do ensino superior.

Por outro lado, torna-se pertinente reafirmar que os dirigentes das instituições públicas e privadas compreendam a importância da vida humana associada, não só intelectualmente, mas no âmbito prático das decisões políticas e acadêmicas de suas instituições umas para com as outras.

Existem indícios de um movimento voltado à solidariedade. A geração de dirigentes institucionais parece ter uma compreensão mais intuitiva e aguda do que tiveram nossos progenitores sobre muitos dos assuntos críticos do passado, estando entre estes a necessidade de políticas universitárias mais solidárias. A compreensão de uma vida humana associada solidária também encontrou um lugar na fala ou no modo de falar político popular em anos recentes. Embora o conceito de solidariedade social tem tido maior facilidade em obter aceitação em discurso político popular do que tem tido (conseguido) nas reuniões e associações de ciência política tradicional, há razoável tendência a sua aceitação em diversas esferas acadêmicas. Isto requer, entre outros procedimentos, que sejamos capaz de elaborar projetos orgânicos de solidariedade entre governo e institutos de formação universitária sul-americana. Parabéns INPEAU pela iniciativa.

Referências:

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômacos**. Trad. de Mário da Gama Kury. 3. ed. Brasília: Ed. UnB, 1985, 1999.



IV Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul

Florianópolis, 8, 9 e 10 de dezembro de 2004



- BERNARDI, Ulderico. **Comunità come bisogno**: identità e sviluppo dell'uomo nelle culture locali. Milano: Jaca Book, 1981.
- BERNARDI, Ulderico. **La babele possibile**: per costruire insieme uma società multietnica. Milano: FrancoAgneli, 1996.
- BERNARDI, Ulderico. **La nuova insalatiera etnica**: società multiculturale e relazioni interetniche nell'era della globalizone. Milano: FrancoAgneli, 2000.
- BERGSON, H. **Cartas, conferências e outros escritos**. In: Os Pensadores. Trad. Franklin Leopoldo e Silva. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- BERTI, Enrico. **Il Bene**. Brescia: Editrice La Scuola, 1983.
- BILGRIEN, Marie Vianney. **Solidarity**. A principle, an attitude, a duty? Or the virtue for an interdependent world? New York: Peter Lang Publishing, Inc., 1999.
- BRASIL. Constituição. República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988 (CF/88).
- CASSIRER, Ernst, KRISTELLER, Paul Oskar, RANDALL, Jr., John Herman (editors). **The Renaissance Philosophy of Man**. Chicago: The University of Chicago Press, 1956 (Selected Writings with Critical Introduction: Petrarca, Valla, Ficino, Pico, Pomponazzi, Vives).
- CASSIRER, Ernst; KRISTELLER, Paul Oskar; RANDALL, Jr., John Herman. **The Renaissance Philosophy of Man**. London: The University of Chicago Press, 1956. (Selected Writings with Critical Introductions: Petrarca, Valla, Ficino, Pico, Pomponazzi, Vives).
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 2ª ed. São Paulo, Paz e Terra, 1999.
- CATTANI, David (org.). **Fórum Social Mundial**: a construção de um mundo melhor. Porto Alegre/Petrópolis. Editora da Universidade/UFRGS/Vozes/Unitrabalho/Corag/Veraz Comunicações, 2001.
- DAVIES, Tony. **Humanism: the New Critical Idiom**. London: Routledge, 1997.
- DWORKIN, Ronald. **El dominio de la vida**. Una discusión acerca del aborto, la eutanasia y la libertad individual. Barcelona: Editorial Ariel, S.A., 1998.
- FELIPE, Sônia T. **Um desafio ético**. Núcleo de estudos em Ética e Filosofia Política, Departamento de Filosofia. Florianópolis, 1996.
- FELIPE, Sônia T. **Um Desafio Ético: Redefinir a relação dos "IGUAIS" com os "NÃO IGUAIS"**. Dois estudos críticos ao antropocentrismo. Os argumentos de Peter Singer e de Robert Nozick. Florianópolis: UFSC/Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Violência. CFH/ Departamento de Filosofia. Edição da Autora, 1996.
- GIDDENS, A., BECK, U. e SCOTH, L. **Modernização Reflexiva**. São Paulo: Editora UNESP. 1993.
- GOICOECHEA David, LUIK, John & MADIGAN, Tim. **The Question of humanism. Challenges and Possibilities**. New York: Prometheus Books, 1991.
- HANEY II, William S. e MALEKIN, Peter. **Humanism and the humanities in the twenty-first century**. Danvers, MA: Rosemont Publishing , 2001.



Universidad Nacional de
Mar del Plata

IV Colóquio Internacional sobre
Gestão Universitária na América do Sul

Florianópolis, 8, 9 e 10 de dezembro de 2004

- KEKEWICH, Lucille. **The Renaissance in Europe**. A Cultural Enquiry: the Impact of Humanism. Yale: Yale University Press, 2000.
- KEKEWICH, Lucille. **The Renaissance in Europe**. A Cultural Enquiry: the Impact of Humanism. Yale: Yale University Press, 2000.
- KLIKSBERG, Bernardo. **Desigualdad y desarrollo en América Latina: el debate postergado**. Reforma y democracia, nº 14, junio 1999 (Revista del CLAD)
- KURTZ, P. **Embracing the power of Humanism**. Oxford: Rowman & Littlefield Publishers, 2000.
- LEPAK, Keith John. **Prelude to Solidarity**. New York: Columbia University Press, 1988.
- LOCKE, John. **Carta acerca da tolerância; Segundo tratado sobre o governo; Ensaio acerca do entendimento humano**; trad. de Anoar Aiex e E. Jacy Monteiro. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- MEULEN, R. T., ARTS, W., MUFFELS, R. **Solidarity in health and social care in Europe**, London, 2001 – Philosophy and Medicine, v. 69),
- PULEDDA, Salvatore. **On Being: Interpretations of Humanism from the Renaissance to the Present**: Renaissance, Marxist, Christian, Existentialist, Anti-Humanisms, New Humanism. San Diego: Latitud Press, 1996.
- SARTOR, V. V. B. et al. In: **Estudos Interdisciplinares em Ciências Humanas**. Florianópolis: Futura, 2003.
- SINGER, Peter. **Practical ethics**. Cambridge University Press, 1993. Trad. Jefferson Luis Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- STEBBINS, J. Michael. **Labor, solidarity and common good**. North Carolina: Carolina Academic Press, 2001.
- THOMAS, H. e THOMAS, D. L. **Vidas de grandes filósofos**. Trad. de Octavio Mendes Cajado. Rio de Janeiro, Ed Globo, 1944.

Nota biográfica do autor

Vicente Volnei de Bona Sartor, Doutor em Ciências Humanas/Sociedade e Meio Ambiente; Mestre em Administração/UFSC, docente-coordenador dos Cursos de Graduação e Pós-graduação do Instituto de Ensino Superior da Grande Florianópolis e membro avaliador do SETEC/MEC. Publicou diversos artigos e obras, entre as quais destacam-se: *Justiça Intergeracional e meio ambiente* (85-902519-1-8), *Reforma administrativa do aparelho estatal brasileiro* (ISBN 85-902519-1-6); *Clima organizacional: conceitos e estudo de caso* (ISBN: 85-902519-3-4) e *Preservação Ambiental: Dilema e Complexidade na Ilha de Santa Catarina*.